

INFÂNCIA - JUVENTUDE
CULTURA - DESPORTO



**Anexo às Demonstrações Financeiras
Exercício de 2015**



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

Índice

1. Identificação da Entidade	3
2. Referencial Contabilístico	3
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1. Bases de Apresentação	4
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4. Ativos Fixos Tangíveis.....	10
5. Ativos Intangíveis	11
6. Investimentos Financeiros.....	12
7. Locações.....	12
8. Inventários	13
9. Rédito	13
10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	13
11. Subsídios	13
12. Ativos e Passivos Financeiros.....	14
12.1. Equivalentes de Caixa	14
12.2. Utentes e outras contas a receber	14
12.3. Financiamentos Obtidos	15
12.4. Fornecedores e outras contas a pagar.....	15
13. Gastos com Pessoal.....	16
14. Diferimentos.....	17
15. Fundos Patrimoniais	18
16. Estado e Outros Entes Públicos	18
17. Fornecimentos e serviços externos	19
18. Outros rendimentos e ganhos	19
19. Outros gastos e perdas	20
20. Resultados Financeiros.....	20
21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	20
22. Acontecimentos após data de Balanço.....	21



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

1. Identificação da Entidade

Designação da Entidade: Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

Sede Social: Rua Duque de Terceira 65, Sobralinho

Natureza da atividade: Atividades de cuidado para crianças, sem alojamento

A Instituição desenvolve atividades vocacionadas para Apoio a crianças e jovens, apoio á família, apoio e integração social e comunitária, apoio a idosos, desporto, recreio e cultura.

No sector da infância o Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho tem como objetivo: proporcionar experiências e oportunidades para o desenvolvimento harmonioso da criança, no domínio afetivo-social, psicomotor e intelectual, em estreita colaboração com o meio de inserção da criança na família e na comunidade.

No sector de apoio ao idoso o Centro Social tem como objetivo proteger as situações de invalidez, de falta ou diminuição dos meios de subsistências ou de incapacidade para o trabalho.

No sector Cultura e Desporto, Sede, com bar e sala de convívio, promovemos, espetáculos de teatro, de música, exposições, e mantemos em atividade Ginástica de Manutenção, Danças Modernas, Taekwondo, Futsal, Ténis de Mesa, Natação e Formação Profissional.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do regime da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que as mesmas devem transmitir.

As demonstrações financeiras de 2015 são comparáveis em todos os aspetos significativos com as demonstrações financeiras de 2014.



3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (especialização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Os inventários são reconhecidos como gastos, pelo método FIFO, à medida que vão sendo consumidos, no mesmo período em que o rédito é reconhecido.

3.2.4. Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a instituição se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto no normativo contabilístico - Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Utente e outras contas a Receber

Os "Utentes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas pela totalidade, sempre que exista um risco evidente de não cobrança, sendo registadas por contrapartida de resultados e subsequentemente revertidas, também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos pelo seu valor nominal.

Investimentos financeiros

A Instituição mensura ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas, os investimentos financeiros com maturidade definida e em que os retornos sejam



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

de montante fixo, com taxa de juro fixa durante toda a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Os demais investimentos financeiros são mensurados ao justo valor, por contrapartida de resultados. Nestes casos, os custos de transação não são incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram -se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A instituição desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Instituição desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente: (i) existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado; (ii) é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; (iii) pode ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletirem as melhores estimativas a essa data.

Os ativos contingentes e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, procedendo-se à sua divulgação quando seja provável que uma entrada ou saída de recursos económicos se verifique no futuro.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimos Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

3.2.8. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. A Entidade presta serviços de carácter continuado, os quais, normalmente, fatura no próprio mês em que os serviços são prestados, procedendo ao reconhecimento do rédito na mesma data.

3.2.9. Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos pelo justo valor recebido ou a receber; neste caso, aquando da aprovação da sua concessão pelos organismos concedentes.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do período de execução do contrato/programa, na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" da demonstração dos resultados.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

sistemática proporcional às depreciações e amortizações dos bens a que se referem.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

3.2.10. Imposto sobre o Rendimento

A Instituição encontra-se isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo do artº 10º do Código do IRC.

3.2.11. Benefícios aos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, complementos por isenção de horário de trabalho, subsídios de férias, de Natal e de condução, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são também incluídas as contribuições para a Segurança Social, calculadas de acordo com a incidência contributiva prevista na legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias relativo a cada ano civil vence-se no dia 1 de Janeiro do ano imediato, pelo que, as férias e subsídios de férias referentes ao período de reporte, somente são pagos no período seguinte. Assim, os gastos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

4. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos valores dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outras	Total
1 de Janeiro de 2014							
Custo de aquisição	72.321,20	898.712,55	320.381,67	225.260,04	149.166,76	21.563,91	1.687.406,13
Depreciações acumuladas	-	(695.970,33)	(262.882,28)	(205.140,63)	(144.957,35)	(21.059,59)	(1.330.010,18)
Valor líquido	72.321,20	202.742,22	57.499,39	20.119,41	4.209,41	504,32	357.395,95
31 de Dezembro de 2013							
Adições	-	-	9.044,00	24.046,00	-	-	33.090,00
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	(39.530,00)	(16.253,69)	(14.656,25)	(2.464,41)	(210,26)	(73.114,61)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	72.321,20	163.212,22	50.289,70	29.509,16	1.745,00	294,06	317.371,34
31 de Dezembro de 2015							
Custo de aquisição	72.321,20	898.712,55	329.425,67	249.306,04	149.166,76	21.563,91	1.720.496,13
Depreciações acumuladas	-	(735.500,33)	(279.135,97)	(219.796,88)	(147.421,76)	(21.269,85)	(1.403.124,79)
Valor líquido	72.321,20	163.212,22	50.289,70	29.509,16	1.745,00	294,06	317.371,34

As adições de ativos fixos durante o exercício de 2015 correspondem a onze equipamentos de Ar Condicionado e uma Viatura Citroen Jumpy (04-QI-06).



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

5. Ativos Intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos valores dos ativos intangíveis, foram os seguintes:

	Software	Total
1 de Janeiro de 2014		
Custo de aquisição	57.772,14	57.772,14
Depreciações acumuladas	(41.936,47)	(41.936,47)
Valor líquido	15.835,67	15.835,67
31 de Dezembro de 2014		
Adições	-	-
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Depreciação - exercício	(15.835,67)	(15.835,67)
Depreciação - alienações	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	-
Valor líquido	-	-
31 de Dezembro de 2015		
Custo de aquisição	57.772,14	57.772,14
Depreciações acumuladas	(57.772,14)	(57.772,14)
Valor líquido	-	-



6. Investimentos Financeiros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos valores dos investimentos financeiros foram os seguintes:

	Fundo de Compensação do Trabalho	Investimentos em subsidiárias	Total
1 de Janeiro de 2014			
Valor investimento	199,66	-	199,66
Imparidades	-	-	-
Valor líquido	199,66	-	199,66
31 de Dezembro de 2014			
Aquisições	625,95	12.000,00	12.625,95
Alienações	(200,75)	-	(200,75)
Imparidades	-	-	-
Valor líquido	624,86	12.000,00	12.624,86
31 de Dezembro de 2015			
Custo de aquisição	624,86	12.000,00	12.624,86
Imparidades	-	-	-
Valor líquido	624,86	12.000,00	12.624,86

As adições de investimentos durante o exercício de 2015 correspondem às contribuições obrigatórias para o Fundo de Compensação do Trabalho e à realização do capital subscrito na Sociedade CSPDS Service, Unipessoal, Lda.

7. Locações

A Entidade a 31 de Dezembro de 2015 não detinha ativos adquiridos com recurso à locação financeira.



8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 o custo das matérias consumidas foram determinados como segue:

Materias Primas, Sub. e Consumo		
	2015	2014
Existências Iniciais	6.598,75	13.657,28
Compras	281.479,38	255.356,98
Regularizações de Existências	-	-
Existências Finais	(5.362,48)	(6.598,75)
Custo do Exercício	<u>282.715,65</u>	<u>262.415,51</u>

Nos inventários da Instituição constam unicamente géneros alimentícios, utilizados na confeção de refeições para os utentes.

9. Rédito

O rédito das vendas e das prestações de serviços é mensurado ao justo valor. Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2015	2014
<i>Mensalidades dos Utentes</i>	591.123,51	520.030,53
<i>Outras Quotas e Joias de Associados</i>	14.286,75	17.267,05
<i>Total Prestações de Serviços</i>	<u>605.410,26</u>	<u>537.297,58</u>

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No período findo a 31 de Dezembro de 2015 não foram reconhecidas provisões, nem se deteta a existência de quaisquer passivos contingentes ou ativos contingentes passíveis de divulgação.

11. Subsídios

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade reconheceu os seguintes valores nas rubricas de "*Subsídios, doações e legados à exploração*":

	2015	2014
<i>Subsídios da Segurança Social</i>	1.040.346,59	1.031.440,11
<i>Outras Entidades</i>	426.842,82	424.146,31
<i>Total de Subsídios</i>	<u>1.467.189,41</u>	<u>1.455.586,42</u>



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

Os subsídios recebidos da segurança social são relativos às transferências ocorridas durante o exercício por parte da Segurança Social como compensação pela prestação de serviços de carácter social de acordo com os acordos quadro.

Os subsídios recebidos das outras entidades são na sua quase totalidade, donativos obtidos das Autarquias para o regular funcionamento da instituição.

12. Ativos e Passivos Financeiros

12.1. Caixa e equivalentes de caixa

Decomposição das contas de Meios Financeiros Líquidos a 31 de Dezembro de 2015 e de 2014:

	2015	2014
Caixa	2.067,04	3.340,12
Depósitos à Ordem	57.601,68	61.486,45
Depósitos a Prazo	210.000,00	155.000,00
<i>Total de caixa e equivalentes de caixa</i>	269.668,72	219.826,57

Todos os depósitos são mobilizáveis no curto prazo apresentando-se como ativos correntes.

12.2. Utentes e outras contas a receber

Decomposição das contas de Utentes a 31 de Dezembro de 2015 e de 2014:

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Utentes - Mensalidades	142.178,74	-	142.178,74	121.355,48	-	121.355,48
Utentes - Quotas	-	-	-	-	-	-
Utentes - Outros	-	-	-	-	-	-
	142.178,74	-	142.178,74	121.355,48	-	121.355,48
Ajustamento Utentes	(110.924,59)	-	(110.924,59)	(98.527,97)	-	(98.527,97)
Total Clientes	31.254,15	-	31.254,15	22.827,51	-	22.827,51

A entidade no final do exercício procedeu à avaliação dos seus ativos, conducente à verificação de qualquer indício de que algum ativo possa estar com imparidade.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, não ocorreram movimentos na rubrica de perdas por imparidade no ativo não corrente, ocorrendo os seguintes movimentos na rubrica de perdas por imparidade no ativo corrente:



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

	2015	2014
A 1 de Janeiro	98.527,97	86.595,73
Aumentos	14.200,99	13.971,92
Utilizações	-	-
Reduções	(1.804,37)	(2.039,68)
A 31 de Dezembro	110.924,59	98.527,97

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

	2015	2014
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.150,00	3.150,00
Outros Devedores	38.657,16	26.070,05
	41.807,16	29.220,05

12.3. Financiamentos Obtidos

A rubrica "Financiamentos Obtidos" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

	2015	2014
<i>Correntes</i>		
Empréstimo Bancário 1360	9.728,24	9.386,26
Empréstimo Bancário 6322	2.107,73	3.492,81
Empréstimo Bancário 8428	2.537,81	2.668,39
Empréstimo Bancário 0790	3.812,97	-
	18.186,75	15.547,46
<i>Não Correntes</i>		
Empréstimo Bancário 1360	17.870,34	27.622,56
Empréstimo Bancário 6322	-	2.115,09
Empréstimo Bancário 8428	2.965,63	5.798,66
Empréstimo Bancário 0790	10.615,39	-
	31.451,36	35.536,31
Total financiamentos	49.638,11	51.083,77

	1 ano	2 a 5 anos	mais 5 anos	Total
Empréstimo Bancário 1360	9.728,24	17.870,34	-	27.598,58
Empréstimo Bancário 6322	2.107,73	-	-	2.107,73
Empréstimo Bancário 8428	2.537,81	2.965,63	-	5.503,44
Empréstimo Bancário 0790	3.812,97	10.615,39	-	14.428,36
	18.186,75	31.451,36	-	49.638,11



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Taxa de Juro Média	
Empréstimo Bancário 1360	3,6360%
Empréstimo Bancário 6322	4,5710%
Empréstimo Bancário 8428	5,3270%
Empréstimo Bancário 0790	4,7940%

12.4. Fornecedores e outras contas a pagar

A rubrica "Fornecedores e *outras contas a pagar*" desdobra-se da seguinte forma:

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Pessoal	1.622,85	-	1.622,85	995,88	-	995,88
Outros credores						
Credores diversos	1.829,10	-	1.829,10	-	-	-
Acréscimos de gastos						
Credores por acréscimos de gastos	184.663,58	-	184.663,58	169.317,37	-	169.317,37
Outros	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	188.115,53	-	188.115,53	170.313,25	-	170.313,25

A rubrica de credores por acréscimos de gastos respeita ao acréscimo efetuado relativo ao vencimento do mês de férias e subsídio de férias (incluindo a respetiva Segurança Social da entidade patronal) dos trabalhadores da instituição, a gozar no ano seguinte mas que dizem respeito ao ano corrente em que o direito é adquirido.

13. Gastos com Pessoal

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2015 e 2014 manteve-se inalterado. Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os seus estatutos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2015 foi de 97 e em 31 de dezembro de 2014 foi de 97.



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	2015	2014
Remunerações Orgãos Sociais	-	-
Remunerações Pessoal	1.055.407,40	1.011.686,56
Indemnizações	5.254,64	2.108,93
Encargos sobre remunerações	218.414,33	207.457,53
Seguros de Acidentes de Trabalhos e Doenças Profissionais	13.831,77	6.459,07
Outros Gastos	7.705,94	7.912,86
<i>Total dos Gastos com Pessoal</i>	1.300.614,08	1.235.624,95

14. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

	2015	2014
<i>Gastos a Reconhecer</i>		
- Seguros	13.272,02	7.577,45
- Outros Gastos a Reconhecer	1.311,68	2.971,86
	14.583,70	10.549,31
<i>Rendimentos a Reconhecer</i>		
- Mensalidades	14.048,67	13.935,98
- Subsídios	20.967,84	24.090,00
- Donativos	-	15.833,30
	35.016,51	53.859,28

Os subsídios a reconhecer bem como os donativos encontram-se especializados uma vez que se encontram associados a gastos/depreciações que só ocorreram em exercícios seguintes.



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

15. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

	Fundos	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N: 01/01/2014	90.323,01	257.600,93	4.254,54	352.178,48
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		4.254,54	-4.254,54	
	-	4.254,54	-4.254,54	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			-6.399,89	-6.399,89
RESULTADO EXTENSIVO			-10.654,43	-6.399,89
	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N: 31/12/2014	90.323,01	261.855,47	-6.399,89	345.778,59
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N: 01/01/2015	90.323,01	261.855,47	-6.399,89	345.778,59
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-6.399,89	6.399,89	
	-	-6.399,89	6.399,89	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			16.965,17	-6.399,89
RESULTADO EXTENSIVO			23.365,06	-6.399,89
	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N: 31/12/2015	90.323,01	255.455,58	16.965,17	362.743,76

16. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

	2015	2014
Ativo		
- IVA a restituir	11.905,63	10.375,88
	11.905,63	10.375,88
Passivo		
- Retenções IRS	8.385,26	7.184,48
- Segurança Social	26.535,75	22.527,05
	34.921,01	29.711,53



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

	2015	2014
6221 Serviços Especializados	26.037,94	22.270,00
6222 Publicidade e Propaganda	7.860,83	764,94
6223 Vigilancia e Segurança	2.758,85	1.393,71
6224 Honorarios	147.132,18	143.916,05
6226 Conservação e reparação	38.484,51	122.473,41
6231 Ferram.utens.desg.rap.	11.335,36	11.450,73
6232 Livros e Documentação Técnica	-	-
6233 Material Escritorio	4.884,30	4.936,71
6234 Artigos p/ Oferta	-	-
6238 Material Didactico	9.354,91	7.905,22
6241 Electricidade	27.905,68	20.486,06
62421 Combustiveis	11.932,25	12.087,95
62423 Gas	8.548,71	8.129,03
6243 Agua	9.196,24	6.816,54
6251 Deslocações Estadas	1.516,95	742,93
6261 Rendas e alugueres	38.908,41	29.544,87
6262 Despesas comunicação	10.851,70	11.674,37
6263 Seguros	11.730,95	12.018,40
6265 Contencioso e notariado	477,50	193,96
6266 Despesas de Representação	192,54	750,05
6267 Limpeza,Hig.e Conforto	23.515,73	23.073,12
6268 Outros Serviços	38.332,66	23.634,72
Total dos Fornecimentos e Serviços Externos	430.958,20	464.262,77

18. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

	2015	2014
Rendimentos Suplementares	43.675,77	49.235,27
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	159,06
Rendimentos e Ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros Rendimentos e Ganhos	23.752,47	26.882,92
Juros de Depósitos	-	-
	67.428,24	76.277,25



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

19. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

	2015	2014
Impostos	36,51	36,51
Outros Gastos e Perdas	2.333,10	3.327,86
Comissões pagas a bancos (recebimentos de utentes)	5.189,88	4.671,79
	7.559,49	8.036,16

20. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	2015	2014
<i>Juros e gastos similares suportados</i>		
- Juros Suportados	1.846,73	2.687,80
- Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	1.846,73	2.687,80
<i>Juros e rendimentos similares obtidos</i>		
- Juros obtidos	1.977,39	2.821,66
	1.977,39	2.821,66
Resultados financeiros	130,66	133,86

21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

31 de dezembro de 2015

22. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direção em 1 de Março de 2016.

Sobralinho, 2 de Março de 2016

A Direção

O Técnico Oficial de Contas
